**A Cultura indígena brasileira e interdisciplinaridade: uma relação de sucesso no contexto escolar.**

**RESUMO:** No Brasil, temos muito da nossa cultura atrelada aos povos indígenas, que já habitavam antes da chegada do europeu em 1500, sendo inegável as suas contribuições em nossa economia e cultura, e para que esta não viesse ao esquecimento, sancionou-se em 10 de março de 2008 a Lei nº 10.645, que torna obrigatória o trabalho com a Cultura Afro-indígena nas escolas públicas e particulares brasileiras. Nesse contexto, este artigo se trata de um relato de experiência da ação interdisciplinar que envolveu coordenação pedagógica, direção, docentes e discentes, bem como a comunidade, índios da região, koiupanká. O projeto esboçado e aplicado visou promover um resgate histórico-cultural da trajetória dos indígenas no Brasil, destacando o papel deles como sujeitos históricos, que imprimiram marcas próprias na cultura, bem como no desenvolvimento social e econômico. Além disso, pretendeu mapear e entender como vivem os indígenas no Brasil e em específico da cidade de Inhapi-Alagoas e além disso, desmistificar alguns preconceitos relativos aos costumes religiosos e alimentares dos indígenas. Metodologicamente, tratou-se de um estudo descritivo baseado na observação sistemática das ações realizadas na Escola Municipal de Educação Básica Nossa Senhora do Rosário em Inhapi - Alagoas. Com base nas averiguações, notou-se que a escola em sua amplitude se envolveu e trabalhou para que se pudesse conhecer as diversidades e costumes culturais e isso permitiu uma melhora significativa na forma que a comunidade escolar compreende acerca do conteúdo, relevância e da valorização que os povos indígenas em âmbito local e nacional merecem.

**PALAVRAS CHAVE:** Cultura indígena brasileira, Interdisciplinaridade, Resgate histórico.

**The Brazilian indigenous culture and interdisciplinarity: a successful relationship in the school context.**

**ABSTRACT:** In Brazil, we have much of our culture tied to indigenous peoples, who lived before the arrival of the European in 1500, and their contributions in our economy and culture are undeniable, and in order to avoid forgetting it, it was sanctioned on 10 March 2008, Law 10.645, which makes work with Afro-Indigenous Culture mandatory in Brazilian public and private schools. In this context, this article is an account of experience of interdisciplinary action that involved pedagogical coordination, direction, teachers and students, as well as the community, Indians of the region, koiupanká. The outlined and applied project aimed to promote a historical-cultural rescue of the indigenous trajectory in Brazil, highlighting their role as historical subjects, who imprinted their own brands in the culture, as well as in social and economic development. In addition, he sought to map and understand how indigenous people live in Brazil and in particular in the city of Inhapi-Alagoas and, in addition, demystify some prejudices regarding the religious customs and food of the indigenous people. Methodologically, it was a descriptive study based on the systematic observation of the actions carried out at the Escola Municipal de Educação Básica Nossa Senhora do Rosário in Inhapi - Alagoas. Based on the inquiries, it was noticed that the school in its amplitude was involved and worked so that one could know the diversities and cultural customs and this allowed a significant improvement in the form that the school community understands about the content, relevance and the valorization that.

**KEYWORDS:** Brazilian indigenous culture, Interdisciplinarity, Historical rescue.

**INTRODUÇÃO**

Os indígenas foram grandes representações da cultura brasileira, pois embora tenham sido obrigados a negar por vezes as suas origens e seguir costumes dos que se achavam seus donos, conseguiram resistir e não deixaram que as suas crenças se perdessem e por isso sofreram as consequências, como o grande extermínio em território brasileiro.

Com base nisso, pensamos, o que realmente significa a palavra civilizar? Será que os europeus que vieram com esse propósito para as terras brasileiras, tinham noção que exterminar não necessariamente é a forma de civilizar? Que impor uma nova cultura é uma desvalorização e não civilização? Como civilizar algo, se não eram civilizados? Essas são questões que emergem de discussões sobre a forma inadequada de tratamento dado aos indígenas.

Ensinar aos brasileiros que a presença indígena se faz na população através de traços físicos, das suas representações, construções de grupos e aldeias que ainda cultivam as tradições dos seus povos através de jogos, lutas, danças e aspectos religiosos, é uma maneira de valorizar e demonstrar quão significativas são as suas marcas em nossa cultura.

Com esse intuito, a **ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,** através do projeto INTITULADO: “IDENTIDADE INDÍGENA: RESGATANDO NOSSAS RAÍZES”, objetivou promover um resgate histórico-cultural da trajetória dos indígenas no Brasil, destacando o papel deles como sujeitos históricos, que imprimiram marcas próprias na cultura, no desenvolvimento social e econômico desse território**.** Além de levar os alunos a desmistificar alguns preconceitos relativos aos costumes religiosos e alimentares dos indígenas, bem como identificar a contribuição indígena para formação cultural, social e econômica do Brasil e promover momentos de estudos sobre a cultura indígena local e sua relação com a população de Inhapi.

Os índios são grandes personagens da história da formação cultural no Brasil, embora tenha ocorrido a dominação e exploração desses povos que eram considerados rebeldes pelos invasores, é inegável a importância destes no território brasileiro, pois quando os portugueses chegaram e anunciaram ter descoberto, eles já estavam. Desde os primeiros contatos entre os portugueses e os indígenas, esta dupla visão, tanto do índio canibal quanto do índio bom selvagem, estava presente. Podemos citar autores dos séculos XV ao XVII que indicam esta dupla idealização em seus dois polos antagônicos. O padre jesuíta Antônio Vieira, um dos principais oradores do mundo barroco, possui sermões nos quais defende a necessidade de se catequizar o indígena, recompensando com o reino dos céus para aqueles que dão catequese indígena, direta ou indiretamente, ﬁzessem parte, “O Espírito Santo, que hoje desceu sobre os apóstolos e os ensinou, para que ensinassem ao mundo, desça sobre todos vós e vos ensine [...] (VIEIRA, 1959, p. 152).

Por outro lado, o padre jesuíta Fernão Cardim, autor do livro História das Gentes e das Terras do Brasil, aﬁrma a visão dos indígenas como canibais, descrevendo em pormenores o ritual.

Morto o triste, levaram-no a uma fogueira que para isto está prestes, e chegando a ela, em lhe tocado com a mão dá uma pelinha pouco mais grossa que véu de cebola, até que todo ﬁca mais limpo e alvo que nem um leitão pelado, e então se entrega ao carniceiro ou magarefe, o qual lhe faz um buraco abaixo do estômago [...]. (CARDIM, 2009, p. 197).

Mesmo decorridos alguns séculos, a presença indígena na sociedade brasileira é incompreendida, sendo presente a permanência de estereótipos. Na época da colonização portuguesa, o idioma mais falado no território do Brasil meridional era a denominada língua geral. Esta era uma normatização do idioma tupi-guarani realizada pelos religiosos catequistas, com o objetivo de evangelizar os indígenas. “Grande parte dos bandeirantes, responsáveis pela penetração no interior do território, não falava português, mas sim a língua geral” (RODRIGUES, 1985, p. 41).

O contexto atual, as populações indígenas são muito diferentes daquelas descritas nos relatos dos portugueses. Não temos necessariamente os mesmos rituais, as mesmas guerras e festas de paz que existiam nos séculos passados. Toda a expansão do Brasil rumo ao interior foi feita em contato/conﬂito com as populações ameríndias. Com isto, a população indígena foi se aculturando, sendo inﬂuenciada por hábitos e costumes dos homens brancos, assim como o homem branco também se inﬂuenciou com a presença cultural indígena. O indígena de hoje possui uma vida que não se opera da mesma forma que nos tempos das grandes navegações, porque a vida social e cultural se modiﬁcou ao longo dos séculos.

Durante muitos anos, os povos indígenas do Brasil, lutaram em busca de seus direitos, de modo a resgatar e manter viva a sua cultura, sua identidade, seus direitos voltados a saúde, à terra, à educação de acordo com a sua realidade etc.

Dentre os resultados obtidos por suas lutas, temos o que se aponta na Constituição Federal de 1988:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. § 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (…)[[1]](#endnote-1) Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.§ 1º- O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (…) Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, para que a identidade indígena não se perdesse, - um povo que contribuiu tanto para a formação social, econômica e cultura – em 2008 foi implementado a Lei nº 11.645, que torna obrigatório o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no Currículo oficial da rede de ensino, lei esta que alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e que foi posteriormente foi modificada Lei nº 10.639/03 que dispõe sobre o Ensino da História, Cultura Afro-Brasileira e indígena.

“Art. 26-A.  Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1o  O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2o  Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (BRASIL, 2008).

Salientando que o trabalho, com a temática da Lei nº 11.645/08, não deve ser um processo isolado de disciplinas como História, Arte e Religião, mas de todos os componentes curriculares, de forma integrada e interdisciplinar, assim como deve ser desenvolvido durante todo o ano letivo, e não apenas em datas como o dia do índio etc, para que de fato a legislação se cumpra e tenhamos um trabalho satisfatório, conservando e valorizando a cultura da população indígena, tendo um trabalho que vise ao reconhecimento e manutenção da cultura indígena e sua história. Deste modo, o professor é estimulado a criar ações que estejam voltadas a uma nova construção social, uma nova ética resinificada em ritos de passagem, na consolidação de um sentimento de pertencimento, em sintonia com a Educação Indígena, que sabe que os seres humanos são um só havendo a necessidade de respeitar e promover conhecimentos no contexto escolar para desmitificar alguns mitos e assim chegarmos à tão sonhada valorização dos diversos povos e culturas que formam o nosso Brasil.

**PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente trabalho tem como base metodológica, a observação sistemática de atividades executadas na escola, elaborando uma análise e correlações entre os acontecimentos e ações (LAKATOS e MARCONI, 2009). As descrições são embasadas no trabalho interdisciplinar que foi utilizado para o ensino da cultura indígena na instituição de ensino localizada no Inhapi- Alagoas, em específico na Escola Municipal de Educação Básica Nossa Senhora do Rosário, pois é através dessa prática estimulada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN’s que se encontra ferramentas necessárias para estimular o conhecimento discente e a relação com as diversas formas de conhecimento.

Além dos PCN’s, há a lei de número 11.645 de 2008, que inclui nos currículos escolares, a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Indígena. Deste modo, o presente artigo parte de um projeto escolar que se apresentou como alternativa para se fazer valer um direito dos discentes de terem acesso ao vasto campo de conhecimento da História e Cultura Indígena através das disciplinas escolares.

**RESULTADO E DISCUSSÃO**

Embora nas escolas ainda haja resistência para a transmissão do conteúdo em ação interligada nas disciplinas, pois aprende-se através dos cursos em licenciaturas a passar o conteúdo das áreas de conhecimento específicas, não a conhecer e dialogar com outras áreas. Instrui-se a dividir tarefas, a nos tornarmos especialistas em nossos campos de conhecimento. Mas até que ponto isso é bom? Não seria necessário que o docente pudesse reaver constantemente as suas práticas, a sua maneira de ser e de agir na escola? Trabalhos coletivos não são soluções mais viáveis para a aprendizagem? Na tentativa de responder a esses questionamentos, Santos e Souza (2017 p. 9) afirmam que a proposta da interdisciplinaridade é importante no contexto escolar, pois sugere iniciativas que levam a uma integração de diferentes áreas.

Isso permite uma fuga dos ensinamentos que levam a uma divisão de conhecimentos e permite que através dessa interação, possam ofertar aos alunos uma melhor reflexão sobre as diversas facetas que envolvem um conteúdo e isso de certo modo leva o discente a conhecer um fenômeno em toda a sua amplitude de olhares, não apenas pelo olhar da história ou das ciências, ou ainda na expressão corporal e artística atrelada à Educação Física e artes respectivamente, ou até mesmo sobre e as palavras utilizadas no português ou inglês e sobre os cálculos da matemática ou localização e religiões, como vemos na geografia e religião respectivamente.

Com o propósito de trabalhar interdisciplinarmente, as ações que aconteceram na instituição foram estimuladas pela Secretaria de Educação do Município, bem como pela equipe diretiva que se articulou com o propósito de dar suporte para toda a ação docente, proporcionando materiais didáticos para a construção de objetos, promovendo palestras com especialista, permitindo assim que a equipe docente pudesse estar mais preparada para discorrer sobre o assunto em sala. E além disso, a própria comunidade se articulou para enriquecer ainda mais as ações.

Objetivando estar de acordo com a legislação, a Escola Municipal de Educação Básica Nossa Senhora do Rosário, instituição que oferta os anos finais do Ensino Fundamental, com aproximadamente dois mil alunos, desenvolveu em 2017, de forma interdisciplinar o projeto intitulado: Nossa Identidade Indígena: resgatando nossas raízes.

O Projeto foi desenvolvido ao longo de três meses, em todos os turnos, com turmas de 6°, 7°, 8°, 9° e EJA. Participaram, docentes das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Ciências, Geografia, ensino religioso e Educação Física, Arte, Inglês. Para o trabalho com a temática na disciplina de Língua Portuguesa, deu-se ênfase a realização com os alunos de um estudo das lendas indígenas e locais, através de leitura e interpretação, estudo da literatura indígena e do vocabulário e seus significados.

Na área de Matemática, forma trabalhados os dados estatísticos de indígenas no Brasil e na região, bem como aspectos geométricos das artes indígenas. No trabalho com aspectos da História, foi realizado um resgate da trajetória dos povos indígenas no Brasil, em Alagoas e Inhapi. No tocante à Geografia, a toponímia indígena (nome dos lugares), povos indígenas no Brasil, territórios e povos indígenas de Alagoas.

Em Ciências trabalhou-se a alimentação indígena: valor nutricional e plantas medicinais. Através do ensino religioso foi possível compreender aspectos da religiosidade indígena, dos rituais e lei de cotas. Na disciplina de Educação Física os jogos e danças indígenas. Em Arte, o artesanato, músicas e pinturas corporais e em Inglês, a tradução, leitura e interpretação de lendas indígenas, tradução de vocabulários indígenas e compreensão dos seus significados, bem como o debate sobre a carta do cacique de Seattle.

O projeto contemplou o desenvolvimento dos conteúdos traçados para cada disciplina através das metodologias utilizadas por cada professor, através de discussão de textos, exibições de imagens, demonstração de vídeos, atividades individuais e em grupos, em sala de aula, no pátio e em quadra. Paralelo ao trabalho dos conteúdos, os docentes elaboraram e executaram com o corpo discente atividades que foram apresentadas no dia da culminância do projeto.

Estas apresentações seguiram dois momentos:  
 I. Exposição de estandes com as temáticas abordadas em salas de aula e, com alunos  
explicando aos visitantes;  
 II. Apresentação de danças, dramatizações.

Para o desenvolvimento das atividades apresentadas na culminância, osprofessores se organizaram em duplas e/ou trios e se responsabilizaram por uma única turma em cada turno, e com esta, desenvolveram a exposição e a apresentação. A Coordenação Pedagógica de cada turno, acompanhou o desenvolvimento das atividades no decorrer do projeto. E, ao final houve a presença da comunidade Inhapiense, que prestigiou o evento, bem como a presença de um dos chefes da tribo Koiupanká, bem como alguns membros que palestraram e destacaram um pouco da perseguição realizada pelos coronéis, os quais, expulsaram a tribo da região e obrigaram a trabalhar em usinas. Destacaram ainda a importância dos rituais, do nome da cidade que nada mais é do que um nome indígena Inha-pi, que bem destaca Amorim (2015) *Inha-* água *e pi-* pedra*,* traduzido por Valfredo Lisboa Prudente Guerra como ‘água sobre pedra”.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível destacar que desmitificar a figura representativa do índio não é uma tarefa fácil, pois é sabido que esses povos acompanharam o avanço da sociedade e foram se atualizando e modificando alguns dos seus hábitos, porém a falsa ideia de uma pessoa selvagem ainda permanece no imaginário da sociedade e isso leva a uma árdua tarefa, a de dissuadir e levar a modificações dos discursos.

Foi nessa tentativa de levar os alunos a conhecerem a história verdadeira, destruindo a figura de herói e/ou vilão que outrora era apresentada nos livros, que as aulas transcorreram, bem como as palestras. Os discentes, docentes, direção e equipe de apoio se envolveram na produção através de cartazes, apresentações em grupos e individuais, construção de obras de arte a partir do conhecimento a respeito das armas, dos instrumentos musicais e das vestimentas utilizadas pelos índios.

Foi através desse envolvimento e colaboração mútua que o trabalho em equipe deu certo. Além disso, ouvir dos próprios índios da região o quão foram sofridas as batalhas dos seus ancestrais e o quanto da cultura deles ainda permanece viva, levou toda a comunidade escolar a compreender muito da sua origem e respeitar ainda mais essa rica cultura. Visto que, através das suas falas foi que se pôde observar que suas mobilizações clamam por um olhar cuidadoso e auspicioso que levem as suas presentes e futuras gerações a saborearem à liberdade e transmissão de cada importante crença, jogo, comida, pintura corporal e rituais que permitem o ser humano a se aproximar ainda mais do contato consigo mesmo e com a natureza.

**REFERÊNCIAS**

1 - ALMEIDA, M. R. C. de. **A atuação dos indígenas na História  
do Brasil: revisões historiográficas**. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 37, n. 75, p. 17-38, 2017.

2 - BOXER, C. **O Império Marítimo Português.** São Paulo: Cia das Letras, 2002.

3 - BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>>. Acesso em 11 de setembro de 2018.

4 - \_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art26a>>. Acesso em 11 de setembro de 2018.

5 - \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Lei 11.645/2008, **Dispões sobre o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2008/Lei/L11645.htm>>. Acesso em 11 de setembro de 2018.

6 - CARDIM, F. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. São Paulo: Hedra,2009.

7 - FERNANDES, F. **A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá**. Rio de Janeiro: Globo. 2005.

8 - LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia.** 6 ed. São Paulo: Atlas. 2009.

9 - MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec. 2007.

10 - RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

11 - VIEIRA, A. **Sermões**. Porto: Ed. Lello e Irmãos, 1959.

1. [↑](#endnote-ref-1)